



**XXII Coloquio Internacional de Gestión Universitaria**  
*Desafíos y Futuro de la Educación Superior ante el impacto de la Inteligencia Artificial*

Ciudad de Asunción - Paraguay  
13, 14 y 15 de diciembre de 2023



**APLICAÇÃO DE RECURSOS ECONÔMICOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC): UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA ECONÔMICA INSTITUCIONAL**

**ROBERTA DE SOUZA MATTOS**  
UFSC

E-mail: [robertasmts@gmail.com](mailto:robertasmts@gmail.com)

**GABRIELA G. L. BECK**  
UFSC

E-mail: [g.beck@hotmail.com](mailto:g.beck@hotmail.com)

**SILVIO ANTÔNIO FERRAZ CARIO**  
UFSC

E-mail: [fecario@yahoo.com.br](mailto:fecario@yahoo.com.br)

**ANDRÉ LUÍS DA SILVA LEITE**  
UFSC

E-mail: [andre.leite@ufsc.br](mailto:andre.leite@ufsc.br)

**NEI ANTÔNIO NUNES**  
UNISUL

E-mail: [nei.nunes69@gmail.com](mailto:nei.nunes69@gmail.com)

## **RESUMO**

As instituições federais de ensino superior (IFES) apresentam diferentes especificidades em relação às demais instituições públicas, o que exige de seus gestores capacidades específicas. Na esfera pública, bem como nas IFES, cresce a necessidade de se conhecer a aplicação de recursos econômicos. A presente pesquisa teve como objetivo geral: Compreender como ocorre a aplicação dos recursos econômicos na UFSC. Foi realizado um estudo de caso com abordagem qualitativa. O processo de coleta de dados envolveu dados primários, por meio de entrevistas semiestruturada e dados secundário, com pesquisa documental e bibliográfica. Foram entrevistados dois gestores da Seplan. O atual Secretários da Planejamento e Orçamento e o ocupante do cargo nos anos de 2014 a 2016. Com os resultados da pesquisa foi possível conhecer as fontes de recursos econômicos presentes na UFSC, bem como entender a aplicação de recursos econômicos na UFSC. Destaque, a gestão financeira no seguimento de procedimentos habituais enraizados e compartilhados em respeito às leis, normas, regras e convenções estabelecidas, em linha com os preceitos postos por Veblen e North, representantes da economia institucional estudados.

**Palavras chave:** aplicação de recursos, gestão financeira, economia institucional.

## **1. INTRODUÇÃO**

Nos dizeres de Veblen, pode-se entender que instituições são hábitos de pensamentos dominantes, conjunto de normas, valores e regras. Uma espécie de convenção, estabelecida por pensamentos coletivos e que se tornam rotinas, padrões em uma sociedade, sujeitas a mudanças conforme a evolução da sociedade (VEBLEN, 1952).

Dessa forma, as relações ocorridas em um ambiente institucional, se caracterizam pela interação entre instituições, sejam elas formais ou informais, que acabam por determinar os resultados econômicos e sociais de cada nação. A instituição abordada nesse estudo, se configura como formal, e apresenta duas importantes características: forma (burocracia, por exemplo) e função (educação, inovação, melhoria da sociedade, etc.) (GRAZZIOTIN, AVILA E HERRLEIN JR, 2003).

Além disso, outro aspecto importante e conceitualmente definidor acerca das instituições, é sua capacidade de moldar as motivações e o comportamento de grupos e atores socialmente interconectados. Dessa forma, pode-se dizer que Instituições Federal de Ensino Superior (IFES), precisam estar em constante mudança para estimular a sociedade em que está inserida, proporcionando conhecimento, inovação, tecnologia, entre outros benefícios sociais (GRAZZIOTIN, AVILA E HERRLEIN JR, 2003).

As instituições federais de ensino superior (IFES) apresentam diferentes especificidades em relação às demais instituições públicas, o que exige de seus gestores capacidades específicas, já que as IFES apresentam múltiplas e complexas interações com o ambiente interno e externo. Além disso, o impacto advindo de um ambiente cada vez mais globalizado, somado às crises mundiais e a incerteza da economia, mercados e sociedade, exige novas formas de gerir organizações, sobretudo instituições públicas (SALLES E VILLARDI, 2017).

Na esfera pública, bem como nas IFES, cresce a necessidade de se conhecer a aplicação de recursos públicos realizada, principalmente por parte do Governo Federal, que tem como função distribuir tais recursos para as IFES. Ademais, é importante que as IFES também conheçam melhor a si próprias, além da sociedade que não dispõe de informações concretas para avaliar e entender a contribuição social realizada pelas IFES (SANTOS, 2002).

De acordo com o artigo 207 da Constituição, “As universidades gozam de autonomia didático científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. A partir desta autonomia, busca-se um modelo de gestão que corresponda ao atual estágio de desenvolvimento e expansão da universidade federal, reforçando seu caráter público, sua capacidade de planejamento institucional e o aproveitamento mais racional dos investimentos públicos e por vezes, a partir de contratos fundacionais, que nela são feitos. (SANTOS, 2002).

Diante da contextualização exposta, elencou-se as seguintes perguntas de pesquisa: 1ª.) Como ocorre a aplicação dos recursos econômicos na UFSC? e 2) Qual é a relação entre a aplicação de recursos econômicos na UFSC com a teoria econômica institucionalista?

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Gestão das Instituições Federais de Ensino Superior**

A estrutura acadêmica das IFES nem sempre foi bem estruturada e flexibilizada como é atualmente, o espaço acadêmico anterior à reforma universitária de 1968 e a aprovação da nova LDB (Lei nº 9.394/1996), era bastante simples. Constituída basicamente por faculdades,

enquanto que as matrículas eram seriadas, anuais ou semestrais, semelhante às estruturas dos colégios de ensino médio. (BRASIL, 1996). As IFES têm acompanhado a história da humanidade, da mesma forma que tem influenciado e sido influenciada pela sociedade. Parte de sua jornada tem sido a de um aprendizado em relação a como se adequar a seu tempo, ou seja, de como reconfigurar sua gestão para se ver alinhada ao modelo político, econômico e cultural de seu contexto (RIBEIRO, 2017).

Com efeito, as IFES têm gerado frutos do trabalho de pesquisadores que buscam atender as demandas da sociedade, que impactam nas condições de vida das pessoas, seja no plano material, seja no plano dos valores éticos (ALMEIDA-FILHO E SOUZA, 2020). Nesse sentido, espera-se que as IFES consigam atender as demandas esperadas pela sociedade, como o de produzir conhecimentos úteis e formar pessoas capazes de atingir os quesitos de um mundo laboral que anseia cada vez mais pela ciência e tecnologia em diversas áreas (GOERGEN, 2006). No entanto, atualmente, observamos duros ataques as IFES, por parte de autoridades governamentais, um processo de desinvestimento na educação pública e um esforço de desmoralização das universidades públicas para a sociedade. (ALMEIDA-FILHO E SOUZA, 2020).

As IFES são consideradas pessoas jurídicas de direito público, em forma de autarquia de regime especial, vinculadas ao Ministério da Educação e possuem com autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar, de gestão financeira e patrimonial, na forma da lei, regendo-se pela legislação federal vigente, por seu Estatuto, pelo Regimento Geral e pelas resoluções e normas internas (NUINTIN, 2014).

Os recursos aplicados nas IFES, enviados pelo governo federal, têm como principal fonte o Tesouro Nacional, complementado com emendas parlamentares e com arrecadações própria (como taxas de concursos, aluguéis, prestação de serviços e outros). Os recursos são aplicados com estrita observância das leis, visando proporcionar à sociedade ensino de qualidade, transferência de conhecimento, realização de pesquisas, buscando aperfeiçoar e gerar novos conhecimentos e inserção na sociedade, por meio de atividades de extensão, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento social (NUINTIN, 2014).

Os recursos oriundos do Tesouro Nacional, são compostos por recursos destinados ao pagamento de pessoal e encargos sociais, recursos para manutenção e recursos para investimentos. Ressalta-se que os recursos para manutenção ou custeio são aplicados, principalmente, com base na quantidade de alunos equivalentes de cada IFES, e os recursos para investimentos são aplicados com o objetivo de expansão e conservação das IFES de acordo com as Políticas Públicas referentes à educação (NUINTIN, 2014).

Entende-se o processo orçamentário das IFES a partir das seguintes etapas: (i) o MEC estabelece o montante de recursos, com base no PPA e na LDO, para as UFES; (ii) as IFES recebem os recursos, por meio da distribuição via Matriz de Custeio e Capital, além dos recursos vinculados aos programas de governo específicos; e (iii) após a alocação dos recursos, por elemento de despesa e definição de metas físicas, o MEC consolida, valida e formaliza a proposta orçamentária (NUINTIN, 2014).

A fim de facilitar a transparência dos atos, um dos mecanismos para a prestação de contas nas IFES é o Relatório de Gestão. O Relatório de Gestão contempla as responsabilidades institucionais da unidade, a estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais, os programas de Governo sob a responsabilidade da unidade, o desempenho orçamentário e financeiro, os indicadores de desempenho (NUINTIN, 2014).

Os relatórios de gestão, referidos no caput do art. 3º da IN 63/2010 (TCU, 2010), devem contemplar todos os recursos orçamentários e extraorçamentários utilizados, arrecadados, guardados ou geridos pelas unidades jurisdicionadas, ou pelos quais elas respondam, incluídos os oriundos de fundos de natureza contábil recebidos de entes da administração pública federal ou descentralizados para execução indireta.

## 2.2 Teoria Econômica Institucionalista

O debate sobre o desenvolvimento institucional e o papel das instituições no âmbito econômico, tornou-se ao longo do tempo, cada vez mais preponderante na teoria econômica, deixa de ser um simples aspecto de “rigidez de mercado”, desde o fim do século XX. Recentemente, a experiência nos mostra que os desempenhos institucionais são importantes para que se possa compreender o que diferencia as trajetórias econômicas das diversas nações. (GRAZZIOTON, AVILA E HERRLEIN Jr, 2003). As instituições podem ser tidas, como crenças que configuram o arranjo de poder, ações coletivas que controlam o indivíduo, restrições advindas da inter-relação humana, poder que condiciona a transação e a reprodução material, conjunto de hábitos e pensamentos presentes no tecido social (CONCEIÇÃO; BARCELLOS, 2010; STANFIELD, 1999).

A construção de uma “teoria econômica das instituições” parece ter avançado ao longo das últimas décadas, tendo surgido importantes abordagens com ênfase no papel das instituições e na dinâmica de seu funcionamento. Exemplos são a Nova Economia Institucional, os neo-institucionalistas, os neo-schumpeterianos ou evolucionários, os regulacionistas, a economia das convenções e outras, que permitiram avanços teóricos, que ora se rivalizam, ora se complementam, sem perder o caráter institucional (CONCEIÇÃO, 2002).

A proposição de um “paradigma institucionalista” sugerida por alguns autores visa identificar os elementos e as crenças comuns que operam em níveis teóricos e práticos semelhantes, sem, entretanto, deixar de distinguir as várias aplicações específicas. O primeiro ponto dessa abordagem, e seu “objeto de dissenso”, é o do papel do mercado como mecanismo-guia da economia, ou, mais amplamente, a concepção da economia enquanto organizada e orientada pelo mercado (CONCEIÇÃO, 2002).

Questiona-se se é verdade que a escassez de recursos é alocada entre usos alternativos pelo mercado. Para os institucionalistas, a real determinação de qualquer alocação em qualquer sociedade é dada pela estrutura organizacional da sociedade: em resumo, pelas suas instituições, o mercado apenas dá cumprimento às instituições predominantes. Embora os institucionalistas discordem em quanto e o que é importante na análise neoclássica da operação do mecanismo puro de mercado na alocação de recursos, todos eles concordam que os mercados são organizados por instituições e dão cumprimento às que os formam (SAMUELS, 1995, p. 571).

Daí, depreende-se o “corpo de conhecimento institucionalista” em oito itens:

- a) ênfase na evolução social e econômica com orientação explicitamente ativista das instituições sociais. Estas não podem ser tidas como dadas, pois são produto humano e mutáveis. Embora a mudança nas instituições e nas regras de trabalho sejam comuns, elas ocorrem de maneira lenta, tanto do ponto de vista não deliberativo (hábitos e costumes) quanto deliberativo (lei). Daí a rejeição da hipótese neoclássica do mecanismo automático de ajuste;
- b) o controle social e o exercício da ação coletiva constituem a economia de mercado, que é um “sistema de controle social” representado pelas instituições, as quais a conformam e a fazem operar. Tal definição evidencia a inconformidade dos institucionalistas com o individualismo auto-subsistente e o não-intervencionismo sustentado pela “(...) forma mecânica de teorização neoclássica na busca do equilíbrio ótimo determinado estaticamente” (SAMUELS, 1995 p. 573);
- c) ênfase na tecnologia como força maior na transformação do sistema econômico. Para os institucionalistas, a “lógica da industrialização” exerce efeitos profundos sobre a organização social, política e econômica e sobre a natureza da cultura, a qual, por sua vez, exerce

profundos efeitos na adoção e na operação da tecnologia. A definição de recursos escassos deriva-se do “estado das artes” na indústria (AYRES, 1957, p. 28), e não é abstrata e histórica;

d) os institucionalistas insistem que o determinante último da alocação de recursos não é qualquer mecanismo abstrato de mercado, mas as instituições, especialmente as estruturas de poder, as quais estruturam os mercados e para as quais os mercados dão cumprimento;

e) a Teoria do Valor dos institucionalistas tem outra natureza, ela não se preocupa com os preços relativos das mercadorias, mas com o processo pelo qual os valores se incorporam e se projetam nas instituições, estruturas e comportamentos sociais;

f) ênfase no papel dual da cultura em um processo da “causação cumulativa” ou co-evolução. Tal ênfase recai, em primeiro lugar, no papel transcendental da cultura e nos processos culturais na formação da estrutura social e identidades individuais, metas, preferências e estilos de vida, os quais exercem impacto sobre a vida econômica e o ajustamento institucional, ambos relacionados à cultura e ao poder;

g) a estrutura de poder e as relações sociais geram uma estrutura marcada pela desigualdade e pela hierarquia, razão pela qual as instituições tendem a ser pluralistas ou democráticas em suas orientações;

h) os institucionalistas são holísticos, permitindo o recurso a outras disciplinas, que tornam o objeto de estudo econômico, necessariamente, multidisciplinar.

Essas oito considerações precisam, com relativa amplitude, o campo de pesquisa institucionalista (CONCEIÇÃO, 2002). Dessa forma, deriva a abordagem neo-institucionalista, com forte influência de Veblen, resgatando a importância de conceitos centrais ao Antigo Institucionalismo Norte-americano e do crescente vigor teórico com a tradição neo-schumpeteriana.

Para Veblen, as instituições são hábitos de pensamento dominantes, conjunto de normas, valores, regras, convenções que são estabelecidas pelo pensamento comum (coletivo) e que se tornam rotinas, padrões em uma sociedade, sendo ainda sujeitas a mudança e evolução (VEBLEN, 1952). Tais hábitos sofrem forte influência das exigências do sistema social. Existe, dessa forma, um conjunto de hábitos que, direta ou indiretamente, é derivado do sistema produtivo. A partir da organização da produção e da sociedade, os agentes desenvolvem hábitos compartilhados, levando a ações que, ao serem socialmente aceitas, criam e reforçam as instituições (VEBLEN, 1912).

Assim, a relação entre indivíduos e instituições é elemento presente na teoria institucionalista de Veblen, bem como na teoria de Douglass North. Partindo da preocupação com o desempenho, Douglass North define instituições de forma bastante objetiva. Ao representarem a estrutura de incentivos elas são imposições formais (tais como leis, regras, constituições etc.) e informais (normas de comportamento, convenções, códigos de conduta etc.) da economia. Possuem uma importância fundamental porque, ao serem imposições criadas pelos seres humanos, acabam limitando suas interações (NORTH, 1998, 1991). Além de incentivos, as instituições são restrições que moldam as escolhas individuais, mas, ao mesmo tempo, são criação dos seres humanos que objetivam reduzir a incerteza em relação ao futuro e garantir um ambiente estável aos investimentos e a lucratividade do capital (LOPES, 2013).

Nas atividades diárias, os seres humanos se deparam com um conjunto de restrições que normalmente estão apresentadas na forma de leis ou de regras informais. Elas provêm de informações transmitidas socialmente, são parte da nossa cultura e interferem na forma como interpretamos o ambiente. Por isso, influenciam na conduta dos indivíduos e das organizações (NORTH, 2003).

North (1998) afirma que as instituições e a forma como evoluem representam as regras do jogo e as empresas ou organizações são, portanto, os jogadores. Estas

organizações podem ser políticas, econômicas, sociais e educacionais. No contexto econômico tais organizações são tratadas normalmente como firmas, que se utilizam da matriz institucional (conjunto de regras formais e informais) para alcançar seus objetivos. Se essa matriz estimula os ganhos produtivos, as empresas e organizações serão promotoras do desenvolvimento. Para esse autor, vivemos em um mundo não ergódico, um ambiente em que as mudanças são contínuas, inusitadas, atípicas, e os seres humanos precisam fazer um enorme esforço cognitivo para atingir a compreensão dos fenômenos econômicos e sociais (NORTH, 2005).

Assim o enfoque recai sobre a forma como os indivíduos percebem a realidade, o que resulta do seu processo de aprendizagem e de seu modelo cognitivo, formado a partir de um contexto específico. Na opinião do autor, embora cada indivíduo tenha um processo próprio de aprendizagem e, portanto, um modelo cognitivo ímpar, as crenças e as percepções resultam de uma estrutura institucional e educacional comum e se disseminam sobre as sociedades e afetam seu crescimento (LOPES, 2013).

As crenças determinam a ação dos indivíduos no sentido de perpetuar uma estrutura institucional ou transformá-la, o que pode viabilizar, ou não, melhores condições de crescimento. Surge daí a concepção de *path dependence*, pois a evolução institucional que determina o desempenho econômico é resultado da cultura, da aprendizagem e dos modelos mentais, fatores que evoluem ao longo da história. Para entender esse processo se deve partir do nível cognitivo para o nível institucional que culminará, por fim, no nível econômico (NORTH et al., 2004).

Dessa forma, Douglass North define instituições como regras do jogo ou normas formais e informais. Já no institucionalismo de Thorsten Veblen, as instituições são essencialmente formas de pensar e agir habitualmente compartilhadas na sociedade (LOPES, 2013).

### **3. METODOLOGIA**

A presente pesquisa tem como foco de estudo a Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN), uma Unidade Administrativa da UFSC. Dessa forma, este estudo possui uma abordagem qualitativa e classifica-se como um estudo de caso. O estudo de caso qualitativo foca em uma situação ou evento particular cuja importância está no que ele revela sobre o objeto de investigação. Tal característica torna o estudo de caso um tipo de pesquisa adequado em estudos que se interessam por problemas práticos, decorrentes de complexas situações individuais e sociais presentes nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas (GODOY, 2006).

Em relação aos fins este estudo é classificado como descritivo, pois com base nas informações coletadas, descreve-se os fatos observados a fim de atender os objetivos da pesquisa. Em relação a coleta de dados, foram utilizadas pesquisas documentais e bibliográficas como dados secundários e entrevistas semiestruturada com o atual Secretário de Planejamento e Orçamento da UFSC (2018 a 2022), além do Secretário de Planejamento e Orçamento atuante nos anos de 2014 a 2016. Destaca-se que os sujeitos de pesquisa foram selecionados com o intuito de fornecer ao estudo perspectivas diferentes sobre a temática pesquisada, em relação ao contexto social e econômico vivenciado por cada Secretário.

Como técnica de análise de dados, utilizou-se a análise de conteúdo. A análise de conteúdo é considerada uma técnica para o tratamento de dados, que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema (VERGARA, 2010). São analisados os documentos institucionais da referida secretaria e universidade, bem como os relatos obtidos nas entrevistas.

Nesse sentido, realizam-se entrevistas com dois gestores da Seplan. O atual secretário de Planejamento e Orçamento e o atuando no ano de 2014 a 2016. Para tanto, questionam-se quais são/eram as fontes de recursos econômicos (além das do governo federal) presentes na UFSC?; a SEPLAN, pensa/pensava em novas fontes de captação de recursos, a fim de possibilitar melhorias na gestão pública da UFSC? Para outro gestor, outras são feitas: Como é/era direcionada a aplicação de recursos econômicos na UFSC, após o recebimento dos recursos?; quais são os benefícios de uma correta distribuição de recursos econômicos?; quais são/eram os desafios de administrar os recursos econômicos disponibilizados para a UFSC?; e quais procedimentos são/eram realizados para o total cumprimento das leis?

E, faz-se reflexão a partir dos relatos feitos pelos entrevistados sobre a aplicação de recursos econômicos na UFSC, com o referencial teórico presente na economia institucionalista. Em linha com o tratamento teórico, busca-se saber se há ocorrência de procedimentos habituais na gestão financeira, como são constituídos e compartilhados.

## 4. RESULTADOS

### 4.1 Caracterização da UFSC e SEPLAN

O ato de criação da “Universidade de Santa Catarina” foi efetivado pelo então presidente da República Juscelino Kubitschek ao sancionar a Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960. Cinco anos depois, a designação “Federal” foi incorporada ao nome (UFSC, 2020).

Inicialmente, foram agrupadas sete faculdades localizadas na capital do estado, Florianópolis – Direito (1932), Ciências Econômicas (1943), Odontologia (1946), Farmácia e Bioquímica (1946), Filosofia (1952), Medicina (1957) e Serviço Social (1958) além disso, criou-se a Escola de Engenharia Industrial, possuindo desta forma os cursos necessários e o amparo legal para sua constituição. Com a reforma universitária de 1969, as faculdades deram lugar às unidades universitárias, como hoje são chamados os centros de ensino (UFSC, 2020).

A criação e a infraestrutura física da Universidade tiveram a participação de dois nomes pioneiros na história da instituição: os professores Henrique da Silva Fontes (1885-1966) e João David Ferreira Lima (1910-2001). Fontes, que foi o fundador da Faculdade Catarinense de Filosofia, idealizou o projeto de “Cidade Universitária”, a ser implantada em terras do governo estadual. Ferreira Lima era a favor da localização no centro da cidade, porém a primeira proposta foi aprovada pelo Conselho Universitário (UFSC, 2020).

Com uma história de 60 anos, a UFSC tem como “missão de produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico” e para tanto oferece diversas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Possui cinco campi: Araranguá, Blumenau, Curitibanos, Florianópolis e Joinville (UFSC, 2020).

Os do interior foram instituídos em 2009 com recursos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), do Ministério da Educação (MEC), em um processo de expansão da Universidade para outras regiões em Santa Catarina. Exceto Blumenau, que foi criado em 2013 (UFSC, 2020).

Cerca de 50 mil pessoas circulam diariamente em seus espaços, entre professores, técnicos-administrativos em Educação, alunos de todos os níveis de ensino e comunidade externa. Segundo dados do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), são mais de 5.600 servidores (2.495 docentes e 3.129 técnicos-administrativos em Educação), 1.190 alunos da educação básica, em torno de 30 mil matriculados em 120 cursos de graduação (107 presenciais e 13 a distância) e supera 8 mil estudantes nos cursos *stricto sensu* (65 mestrados acadêmicos e 21 profissionais, e 56 doutorados), e 2 mil nos *lato sensu* (sete especializações) (UFSC, 2020).

A UFSC se organiza com estrutura e métodos de funcionamento que preservam suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e as especificidades geográficas de seus campi. Assim, sua organização administrativa é estruturada em nível superior e nos níveis de Unidades, Subunidades e Órgãos Suplementares, de acordo com seu Estatuto, aprovado pelo Conselho Universitário (PDI-UFSC, 2020 – 2024).

A administração Superior da UFSC divide-se em Órgãos Deliberativos Centrais, Órgãos Executivos Centrais e Órgãos Executivos Setoriais. Os órgãos Deliberativos Centrais compreendem o Conselho Universitário; as Câmaras de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa, e de Extensão; e o Conselho de Curadores. Dos Órgãos Executivos Centrais, fazem parte a Reitoria; a Vice-Reitoria; as Pró-Reitorias; e as Secretarias. Os Órgãos Executivos Setoriais, por sua vez, envolvem as Diretoriais dos Campi fora de Sede e as Diretorias Administrativas dos Campi fora de Sede (PDI-UFSC, 2020 – 2024).

As Pró-Reitorias e Secretarias são órgãos criados para auxiliar o reitor em suas tarefas executivas e se encarregam de áreas de atuação que influenciam as atividades-fim e as atividades-meio da UFSC. Elas são compostas por um titular nomeado pelo reitor e suas atividades delegadas se relacionam a determinadas áreas de atuação. A UFSC é composta por sete Pró-Reitorias e dez Secretarias, uma delas é o objeto de estudo deste artigo, a Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN). (PDI-UFSC, 2020 – 2024).

A SEPLAN é responsável pelo planejamento e pela administração financeira da UFSC. Além de auxiliar a Reitoria em suas tarefas executivas nas áreas de planejamento, orçamento, contábil-financeiro e acompanhamento da gestão, a SEPLAN supervisiona os trabalhos da Coordenadoria de Certificação Digital da Sala Cofre e da Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação (PDI-UFSC, 2020 – 2024).

Sua equipe está distribuída em um departamento voltado para o planejamento, desenvolvimento e informações e dois para a área orçamentária e contábil-financeira com o objetivo de sistematizar as ações de todos os departamentos, cursos, centros e Pró-Reitorias (SEPLAN-UFSC, 2021).

A estrutura da SEPLAN é formada pela Coordenadoria de Apoio Administrativo (CAA), Coordenadoria de Certificação Digital (CCD), Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF), Departamento de Gestão Estratégica (DGE), Departamento de Planejamento e Gestão da Informação (DPGI), Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) e Superintendência de Orçamento (SO) (SEPLAN-UFSC, 2021).

#### 4.2 Fontes de recursos econômicos presentes na UFSC

Vinculada ao MEC como autarquia de regime especial, a UFSC possui duas fontes principais de financiamento, conforme consta no PDI de 2020 a 2024 da instituição:

- Recursos do Tesouro Nacional: repassado pelo Ministério da Educação (MEC) para manutenção do desenvolvimento do ensino, incluindo-se as despesas com pessoal. Principal fonte que mantém, economicamente as universidades, representa quase a totalidade dos recursos responsáveis pelas atividades-fim e atividades-meio.
- Recursos de Receitas Próprias: arrecadados diretamente por meio da prestação de serviços, da atualização da infraestrutura e de cobrança de taxas.

Os valores apresentados a seguir foram atualizados e fornecidos pela atual gestão da SEPLAN (2022 – 2026). Utilizou-se a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no período para correção monetária.

O gráfico 1 mostra os valores de cada tipo de fonte de financiamento recebidos e arrecadados pela UFSC nos anos de 2014 a 2018. A tabela 1 evidencia os valores absolutos referentes às receitas do Tesouro e às receitas próprias do mesmo período do gráfico 1. Os tipos de receitas que mais contribuem com o total das receitas próprias são apresentados no gráfico 2 e figura 2 (PDI-UFSC, 2020 – 2024).

Gráfico 1 – Receita do Tesouro e receitas próprias



Fonte: SO/ SEPLAN (2022).

Outra fonte de financiamento são as emendas parlamentares, recursos provenientes do apoio direto de parlamentares federais, ou seja, descentralizações de recursos federais, acrescidas à Lei Orçamentária Anual, por solicitações de parlamentares individuais, bancadas ou comissões. A viabilização dos recursos por meio de emendas parlamentares é uma oportunidade para o desenvolvimento das atividades da Instituição (PDI-UFSC, 2020 – 2024).

Tabela 2: Receita do Tesouro e receita própria

Receita do Tesouro e Receita Própria (Com Correção Monetária)				Índice de correção no período (IPCA) <sup>1</sup>
	Receita do Tesouro	Receita Própria	Total do Orçamento	
2014	1.068.433.456,00	31.083.415,00	1.099.516.871,00	Ano base - 1,0
2015	1.015.695.214,77	29.767.839,39	1.045.463.054,16	1,1153675
2016	977.089.041,17	32.362.895,78	1.009.451.936,95	1,1855024
2017	1.067.161.410,41	32.007.064,71	1.099.168.475,12	1,2204433
2018	1.039.220.526,70	25.104.609,46	1.064.325.136,16	1,2661548

Fonte: SO/ SEPLAN (2022).

Gráfico 2: Maiores tipos de receitas próprias



Fonte: SO/ SEPLAN (2022).

O programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) também é outra origem de financiamento. O REUNI tem objetivo geral de criar condições para a ampliação do acesso e da permanência na educação superior, no nível de graduação, e para o melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, conforme o Decreto nº 6.096/2007. (PDI-UFSC, 2020 – 2024).

Esses recursos proporcionados pelo REUNI, podem ser utilizados para: construção e readequação de infraestrutura e de equipamentos necessários à realização dos objetivos do Programa; compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e em despesas de custeio e de pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação (PDI-UFSC, 2020 – 2024).

Além do PDI analisado, uma das questões da entrevista aplicada com o Atual secretário da SEPLAN, bem como com o da gestão passada, referiu-se as fontes de recursos econômicos presentes na UFSC. Ao responder sobre quais as fontes de recursos econômicos presentes na UFSC, o atual secretário da SEPLAN, respondeu que a UFSC, além dos recursos do orçamento enviado pelo governo federal, tem, também, a opção de arrecadação por fontes próprias. Na UFSC as arrecadações mais comuns são: Ressarcimento de projetos de pesquisa ou extensão realizados pelos servidores da UFSC junto a instituições externas; Valores recebidos a títulos de inscrições de concursos e vestibulares; Aluguéis recebidos pela UFSC; Venda de passes do RU; Venda de excedentes de pesquisas; e Premiações e doações.

Em relação ao respondente que atuou como secretário na SEPLAN em 2014 a 2016, a resposta em relação as fontes de recursos econômicos presente na UFSC, são fonte do governo e os recursos próprios, oriundos de cursos, taxas da UFSC, taxas sobre projetos e coisas do tipo. O ex-secretário ainda deixou claro que os valores mudam, mas a fonte não, então certamente as fontes continuam sendo as mesmas.

Tabela 2: Maiores tipos de receitas próprias

Maiores tipos de receitas próprias (Com Correção Monetária)				
Exercício	Serviços Administrativos	Receita de Aluguéis	Taxa de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	Índice de correção no período (IPCA) <sup>1</sup>
2014	5.587.239,67	1.956.727,70	6.320.855,44	Ano base - 1,0
2015	3.009.210,10	1.542.590,00	3.902.295,88	1,1153675
2016	7.834.658,13	2.261.537,64	5.002.570,73	1,1855024
2017	9.960.449,42	3.828.007,66	4.243.909,54	1,2204433

2018	12.504.159,36	3.706.247,05	3.750.121,94	1,2661548
------	---------------	--------------	--------------	-----------

Fonte: SO/ SEPLAN (2022).

Além disso, outra pergunta sobre as fontes de recursos econômicos, foi feita para os entrevistados, ao serem perguntados sobre a SEPLAN, “pensar” em novas fontes de captação de recursos econômicos, a fim de possibilitar melhorias na gestão pública da universidade, o atual secretário da SEPLAN, responde que sim. De acordo com o entrevistado, a equipe da secretaria sempre está atenta a captação de recursos, seja por meio de emendas parlamentares ou recursos extraorçamentários do MEC. Ainda, as ações de PPPs estão em discussão na UFSC, bem como, a criação de mecanismos para facilitar cada vez mais a captação de recursos pelos servidores da UFSC, pois, essa é uma fonte de recursos importante para a UFSC. De acordo com o ex-secretário da SEPLAN, a secretaria não tem flexibilidade para buscar novas fontes de recursos, para o entrevistado esse é um papel da instituição, enquanto que a SEPLAN funciona como gerenciadora do que ocorre em relação aos recursos econômicos.

### 4.3 Aplicação de recursos econômicos na UFSC

O orçamento é um instrumento essencial para que as universidades possam realizar seus propósitos, devendo estar alinhado com a gestão da universidade, principalmente em momentos de escassez, cortes bloqueios orçamentários. Entende-se assim, que o foco do processo estratégico para essas instituições deve estar nas decisões basilares conectadas com a missão das universidades, bem como nas decisões relacionadas com a alocação de recursos e com a gestão (PDI-UFSC, 2020 – 2024).

Além disso, o orçamento é item relevante para a UFSC e faz parte dos recursos de governança, contando com dois objetivos estratégicos: buscar o desenvolvimento de uma gestão orçamentária transparente, eficiente e alinhada à estratégia institucional. Isso significa que o acompanhamento e a execução dos recursos orçamentários serão realizados à luz dos princípios de transparência e eficiência, de modo a estarem relacionados com a política institucional da universidade (PDI-UFSC, 2020 – 2024).

Já o segundo objetivo, busca ampliar a captação de recursos financeiros orçamentários e extraorçamentários por meio da diversificação das fontes de arrecadação própria, a fim de contribuir para o incremento no orçamento da UFSC. Dessa forma, a aplicação de recursos econômicos na UFSC faz parte de uma gestão eficiente do orçamento recebido. A tabela 3 apresenta o demonstrativo de receitas e despesas executadas segundo as fontes de 2016 a 2018 (PDI-UFSC, 2020 – 2024).

Dessa forma, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais referem-se as despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionista, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza (PDI-UFSC, 2020 – 2024).

Em relação a outras despesas correntes, diz respeito as despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, entre outras (PDI-UFSC, 2020 – 2024). Enquanto que os investimentos, são as datações para o planejamento e a execução de obras, para os programas especiais de trabalho, a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e a constituição ou o aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro (PDI-UFSC, 2020 – 2024).

Tabela 3 - Demonstrativo de receitas e despesas executadas de 2016 a 2018.

Demonstrativo de receitas e despesas executadas segundo as fontes de 2016 a 2018			
RECEITA REALIZADA (Com Correção Monetária)			
	2016	2017	2018
Transferências Correntes e Capital do Tesouro (R\$)	1.306.581.787,40	1.374.133.396,69	1.373.749.557,72
Recursos Próprios (R\$)	26.961.650,98	28.285.202,39	31.997.884,56
Total (R\$)	1.333.543.438,38	1.402.418.599,09	1.405.747.442,29
DESPESA EXECUTADA (Com Correção Monetária)			
Descrição da Natureza	2016	2017	2018
Pessoal e Encargos Sociais (R\$)	1.076.260.011,48	1.176.024.634,66	1.194.784.629,10
Outras Despesas Correntes (R\$)	219.800.509,07	198.174.754,82	200.104.008,17
Investimentos (R\$)	37.482.917,83	28.219.209,60	10.858.805,01
Total (R\$)	1.333.543.438,38	1.402.418.599,09	1.405.747.442,29
<sup>1</sup> Utilizou-se a inflação medida pelo IPCA (IBGE) no período para correção monetária.			
	Ano base - 1,0	1,0325619	1,0712363

Fonte: SO/ SEPLAN (2022).

Para entender melhor como é realizada a aplicação de recursos econômicos na UFSC, foi perguntado aos entrevistados questões sobre o assunto. Ao perguntar como é direcionada a aplicação de recursos econômicos na UFSC, após o recebimento dos recursos, o atual secretário respondeu o seguinte:

“Alguns recursos têm regulamentação própria, como é o caso dos ressarcimentos instituições, que tem percentual de divisão criado por resolução do reitor. Assim, a SEPLAN apenas distribui aos seus devidos lugares. Aluguéis, por exemplo, tem resolução que alocam o seu valor integralmente para a assistência estudantil. Os recursos que vem do Governo federal ficam, em sua maioria, sob gestão da SEPLAN, que paga todas as contas da UFSC. E, uma parte é distribuída aos centros por meio do que chamamos de Duodécimo. Esses valores são repassados para que os centros possam atender suas demandas específicas” (atual secretário da SEPLAN).

Já o ex-secretário da SEPLAN, respondeu que todo o orçamento recebido pelo governo, vai para a superintendência e lá é realizada uma análise das ações recebidas. Dessa forma as ações são distribuídas para onde há necessidade e no que for preciso, usa-se os recursos próprios. Por exemplo, o restaurante universitário (RU), sempre demanda mais do que recebe, então usa-se recurso próprio para complementar, mas é geralmente a superintendência que faz essa análise e o secretário geralmente concorda, já que não está sobrando dinheiro, então não tem tanta flexibilidade para usar os recursos.

Ao serem questionados sobre quais os benefícios de uma correta distribuição de recursos econômicos, tanto para a universidade quanto para a sociedade, o atual secretário da SEPLAN, respondeu que a distribuição correta é subjetiva, pois, ela depende das prioridades definidas pela instituição, definido em seu PDI. Assim, na UFSC, os recursos são distribuídos, após a alocação das despesas essenciais, com base nas prioridades definidas no planejamento da UFSC. Assim, as ações consideradas estratégicas recebem recursos prioritariamente.

Enquanto que o ex-secretário da SEPLAN, também respondeu que é algo subjetivo. Pois depende o que cada um considera como uma correta distribuição, os alunos carentes por exemplo, acham que teria que usar tudo para pagar bolsa permanência, o pesquisador acha que deveria ter uma quantia grande para apoiar pesquisa, o servidor sempre está achando que tem de receber mais. No entanto o entrevistado considera que é importante que os recursos públicos sejam usados de forma eficiente. Nas palavras do entrevistado:

“Às vezes você vê atividades que poderiam dar um retorno melhor para a sociedade, você pega funcionário que não faz o serviço dele que fica enrolando e a gente não consegue... dar mais trabalho você quer criar uma sindicância em cima, da mais incômodo do que retorno, então isso aí é uma coisa que não deve acontecer e é claro que acontece bastante no serviço público. Então tem setores que já estão estruturados, acostumados com um certo nível de recurso, e de insumos e outros setores mais novos que tão chegando que tem necessidade de insumos, então é difícil você dizer o que é uma correta distribuição” (Ex-secretário SEPLAN).

Ao serem perguntados sobre os desafios de administrar os recursos econômicos disponibilizados para a UFSC, o atual secretário da SEPLAN, respondeu que durante a gestão dele, que iniciou em 2020, o principal desafio foi a pandemia do COVID-19, bem como, a falta de recursos de capital para investimentos na UFSC, o que impossibilita as ações de melhoria da infraestrutura da UFSC.

Enquanto que o ex-secretário da SEPLAN, respondeu que durante sua gestão, que foi de 2014 a 2016, a maior dificuldade foi uma situação que aconteceu no governo Dilma, nas palavras do entrevistado:

“Nessa época a maior dificuldade foi uma questão do governo da Dilma, que o congresso pegou aquela pedalada e proibiu o governo de fazer as manobras para empurrar a despesa para o ano seguinte e o que aconteceu foi uma falta grande de recurso, então começou a ter falta orçamentária. Teve uma época antes de eu assumir o cargo, que tinha recurso no Brasil então era muito dinheiro, a universidade expandiu, abriu os campis, e a impressão é que tinha recurso sobrando, então pensava-se: vamos fazer que vai aparecer recurso do governo federal. Mas a partir de 2014, principalmente 2015, já começou a mudar, e em 2015 aconteceu esse negócio da Dilma e nós tivemos muito problema financeiro, é... por exemplo, tinha recurso orçamentário, daí fazia o empenho, contratava despesa, mas na hora de pagar o governo manda o dinheiro para liquidar né, então começou a faltar financeiro, então eles não mandavam o dinheiro que tinha que pagar para os fornecedores, então isso aí gerou um problema muito sério com fornecedores, imagina a empresa, o cara faz o serviço na hora de receber a universidade... ah não chegou o dinheiro, tem que esperar! Às vezes esperava 1 mês, 2 meses, 3 meses, então ia gerenciando... e isso foi a maior dificuldade, uma situação que acho que ficou só em 2015, 2016 na metade, depois quando a Dilma caiu, coincidiu que era troca da Reitoria, o Temer foi lá E autorizou dobrar o financeiro do país, daí não tinha esse problema do financeiro, orçamentário continua tendo e está grave né, pelo que eu saiba agora, mas na época foi esse problema de financeiro, a maior dificuldade”.

Além disso, por se tratar de uma instituição pública, a UFSC precisa cumprir leis, principalmente em questões orçamentárias, dessa forma, a última pergunta feita aos entrevistados, foi: Quais procedimentos são/eram realizados para o total cumprimento das leis? De acordo com o atual secretário da SEPLAN, a UFSC possui em sua estrutura todas as instâncias formais que garantem o pleno cumprimento de todas as leis, pois qualquer desvio legal não é tolerado e aprovado pelos conselhos internos. Além disso, cabe destacar que há mecanismos de gestão de riscos e integridade fortes, com 3 linhas de defesa consolidados, o que nos garantem certa segurança quanto às obrigações legais.

Já o ex-secretário da SEPLAN, respondeu para a mesma pergunta, que as leis precisam ser cumpridas. O que é feito na superintendência, segundo o entrevistado, é um rígido acompanhamento pelo diário oficial, pois, apesar de ter a lei geral que precisa ser seguida, há muitos atos do ministério da econômica e educação, que precisam ser observados constantemente. Além dos regulamentos internos que precisam ser cumpridos, a execução do trabalho já pressupõe que está dentro da lei. A superintendência que é a principal responsável para garantir que as ações estejam de acordo com as normas em termos de orçamentos.

#### 4.4 Relação entre a aplicação de recursos econômicos na UFSC com a teoria econômica institucionalista

Ao relacionar a aplicação de recursos econômicos na UFSC com a teoria econômica institucionalista, pode-se encontrar convergências já nos dizeres de Veblan, Conceição, Barcellos e Stanfield sobre o conceito de instituição. Conforme exposto as instituições são hábitos de pensamento dominantes, conjunto de normas, valores, regras, convenções que são estabelecidas pelo pensamento comum (coletivo) e que se tornam rotinas, padrões em uma sociedade, sendo ainda sujeitas a mudança e evolução (VEBLEN, 1952). Além disso, o conceito trazido por VEBLEN, pode ser comparado e complementado com o conceito de Douglas North, que de forma objetiva define instituições como estruturada de incentivos que possuem imposições formais, a partir de leis, regras e etc. E informais, com normas de comportamento, convenções e etc. (NORTH, 1998, 1991).

Isso é bastante percebido, nas entrevistas realizadas com dois gestores de diferentes momentos da SEPLAN, notou-se algumas questões inerentes aos hábitos, pensamentos dominantes, além de que precisam seguir conjunto de normas, regras, que são estabelecidas pelo pensamento comum e que de certa forma, ditam o funcionamento da SEPLAN e da UFSC, que por ser uma instituição pública, precisa seguir uma série de normativas, como por exemplo, o direcionamento da aplicação de recursos, que segue procedimentos já estabelecidos. Conforme dito pelos entrevistados, *o cumprimento das etapas orçamentárias, deve ser estritamente dentro da lei*. Todas esses regramentos e restrições quanto ao manejo orçamentário em uma organização educacional, são mecanismos criados com o objetivo de reduzir a incerteza na gestão universitária. Dessa forma, tal constatação converge com os estudos de North, pois de acordo com o economista, além de incentivos, as instituições são restrições que moldam as escolhas individuais, mas, ao mesmo tempo, são criação dos seres humanos que objetivam reduzir a incerteza em relação ao futuro e garantir um ambiente estável aos investimentos e a lucratividade do capital (LOPES, 2013).

No entanto, assim como as demais instituições, a UFSC está sujeita a mudanças que acompanham as evoluções ocorridas na sociedade, bem como enfrenta os desafios presentes em cada período. De acordo com os entrevistados, já houve momentos em que o orçamento da universidade era adequado, momentos estes em que foi possível expansões, como a criação dos novos Campi, por exemplo. Em contrapartida o momento atual requer maiores desafios de alocação de recursos, já que o orçamento tem sido escasso.

Tal relato por parte dos entrevistados evidencia as ideias de Douglas North. A UFSC, como uma organização pública que recebe imposições formais da economia, está em um ambiente de rápidas mudanças sociais, sendo assim os gestores precisam se moldar e se esforçar para conseguir atingir os objetivos impostos pelas instituições educacionais (North, 2005).

Dessa forma, entende-se que a UFSC cumpre um importante papel social, o de transmitir educação, através do ensino, pesquisa e extensão. Sendo assim, a universidade é capaz de promover mudanças estruturais na sociedade, gerando oportunidades para os indivíduos que vivem no ambiente em que a UFSC está inserida. Tal instituição forma profissionais do qual o mercado precisa, criando de certa forma, uma relação de poder e controle sobre a sociedade.

Para os institucionalistas, a real determinação de qualquer alocação em qualquer sociedade é dada pela estrutura organizacional da sociedade: em resumo, pelas suas instituições, o mercado apenas dá cumprimento às instituições predominantes (SAMUELS, 1995, p. 571). É importante refletir sobre este ponto considerando a universidade e o quanto esta instituição pode impactar no mercado. Como visto nas entrevistas, uma “correta” distribuição de recursos econômicos, é algo subjetivo, pois há diferentes pontos de interesses dentro da instituição, como variadas áreas, campos de pesquisas, cursos, e etc.

Dessa forma, o mercado depende que as instituições de ensino superior, invista em cursos e projetos, que beneficiem suas necessidades, ao mesmo passo que as descobertas e

evoluções tecnológicas postas no mercado, também são desenvolvidas dentro dessas instituições, sobretudo nas universidades federais. Sendo assim, cabe os gestores universitários fazerem uma eficiente alocação de recursos econômicos.

Cabe fomentar tal observação, com outra citação exposta na fundamentação teórica, em que (SAMUELS, 1995, p. 571) afirma a necessidade de reconhecer a importância de vários aspectos, como a distribuição de poder na sociedade; a forma de operação dos mercados; a formação de conhecimento; e a determinação da alocação de recursos, onde a cultura geral é também uma variável tanto dependente como independente.

Segundo os entrevistados, a aplicação de recursos econômicos na UFSC, passa por diferentes etapas que não depende somente do gestor da SEPLAN. Primeiramente os recursos econômicos previamente estabelecidos pelo governo federal, precisam ser destinados pelo Tesouro Nacional, além disso, a arrecadação de recursos próprios depende não só dos gestores universitários, que precisam promover e manter as captações realizadas pela universidade. Mas também das empresas que precisam investir em projetos, da sociedade que precisa realizar pagamento de inscrições, de cursos, fazer doações e etc. Observa-se que os indivíduos da universidade, do governo federal e da sociedade são cultural e mutuamente interdependentes.

Nas atividades diárias, os seres humanos se deparam com um conjunto de restrições que normalmente estão apresentadas na forma de leis ou de regras informais. Elas provêm de informações transmitidas socialmente, são parte da nossa cultura e interferem na forma como interpretamos o ambiente. Por isso, influenciam na conduta dos indivíduos e das organizações (NORTH, 2003).

Por fim, vale refletir sobre o momento atual vivido pelas IFES, com outras constatações observadas por North. Conforme trazido por Almeida-Filho e Souza (2020), atualmente as IFES têm sofrido diversos ataques por parte de autoridades governamentais, tais ações de desmoralização e desinvestimento nessas organizações refletem no reconhecimento percebido pela sociedade. Conforme North, o crescimento da instituição é reflexo de crenças e percepções que se disseminam sobre as sociedades. Assim, as crenças determinam a ação dos governantes de perpetuar ou não, uma estrutura institucional. Surge daí a concepção de *path dependence*, pois a evolução institucional que determina o desempenho econômico é resultado da cultura, da aprendizagem e dos modelos mentais, fatores que evoluem ao longo da história. (North et al., 2004). Entende-se que a importância dada as instituições educacionais no Brasil pelos governantes, reflete no grau de importância que a sociedade enxerga nessas instituições.

## 5. CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo geral, compreender como ocorre a aplicação dos recursos econômicos na UFSC. E como específicos: a) verificar junto a SEPLAN quais as fontes de recursos econômicos e a aplicação dos recursos econômicos na UFSC; e c) relacionar a aplicação de recursos econômicos na UFSC com a teoria econômica institucionalista.

Nesse sentido, constata que a UFSC possui como fontes principais de financiamento os recursos do Tesouro Nacional e os Recursos de Receitas Próprias. Porém, há outras fontes de financiamento como as provenientes de Emendas Parlamentares e do programa REUNI. No tocante a aplicação de recursos, segue o objetivo principal de contar com gestão orçamentária transparente, eficiente e alinhada com a estratégia estabelecida no PDI. As despesas com pessoal e encargos sociais, despesas correntes e investimentos constituem parte das despesas efetuadas anualmente.

Segundo entrevistas realizadas com responsáveis pela gestão financeira da UFSC, alguns recursos têm regulamento próprio e outros seguem distribuição de pagamentos específicos, em conformidade com as regras legais estabelecidas. Porém, parte dos recursos tem distribuição subjetiva, dependendo da prioridade da instituição estabelecida no PDI. No conjunto, os procedimentos adotados seguem regramentos, cumprimento de determinações, cujos resultados são avaliados por conselhos internos.

Ao relaciona-se o conjunto de ações desenvolvidas pela gestão financeira com o tratamento teórico-analítico da economia institucional, constata-se que ocorrem procedimentos habituais de pensamento dominante expresso no cumprimento de normas, regras e convenções estabelecidas, conforme aponta Veblen. Também, em linha com o pensamento de North, há procedimentos formais pautados pelo cumprimento de leis, normas e regras, bem como informais, contidos nas convenções estabelecidas. Em outros termos, os recursos aplicados seguem procedimentos legais e normativos, desde a etapa de elaboração e de manejo orçamentários até na aplicação dos recursos. Nesse contexto, deve-se considerar vários aspectos presentes na economia institucional que trata da distribuição de poder, grupos de interesses, cultura organizacional e ataques políticos institucionais, entre outros aspectos reinantes no ambiente da universidade, que requerem estudos mais aprofundados.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA-FILHO, N. E.; SOUZA, L. E. Uma protopia para a universidade brasileira. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 28(105), 2020. <https://doi.org/10.14507/epa.28.5525>.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.
- CONCEICAO, O.A.C. Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista? **Análise Econômica**. Porto Alegre, Ano 18, n. 33, mar. 2000.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. Teses FEE N° 1, Porto Alegre, março de 2002.
- CONCEICAO, O.A.C. A relação entre processo de crescimento econômico, mudança e instituições na abordagem institucionalista. Porto Alegre: **Ensaio FEE**. v.23, Numero Especial, p. 603-620, 2002.
- CONCEICAO, O.A.C.; BARCELLOS, O. O comportamento humano no pensamento institucionalista – uma breve discussão. ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA - Anpec Sul, 13, 2010, Porto Alegre. **Anais do XIII Encontro Regional de Economia - Anpec Sul 2010**. Porto Alegre: UFRGS, 2010, p. 1-23.
- GRAZZIOTIN, H. A.; AVILA, R. I; HERRLEIN JR. A economia política institucionalista e o desenvolvimento. In: DATHEIN, R., (org.) **Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas e as políticas** [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- GOERGEN, P. Universidade e compromisso social. In: RISTOFF, D.; SEVEGNAN, P. **Educação superior em debate: universidade e compromisso social**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 65-95.
- GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006, cap. 4.
- SALLES, M. A. S. D. M; VILLARDI, B.Q. O desenvolvimento de competências gerenciais na prática dos gestores no contexto de uma IFES centenária. **Revista Serviço. Público**. Brasília 68 (2) 467-492 abr/jun 2017.

SANTOS, L. P. G. Uma contribuição à discussão sobre a avaliação de desempenho das instituições federais de ensino superior - uma abordagem da gestão econômica. **Revista Contabilidade & Finanças** - USP, São Paulo, n. 28, p. 86 - 99, jan./abr. 2002.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO - SEPLAN – UFSC, 2021. Disponível em < <https://seplan.ufsc.br/a-seplan-4/> > acesso em 23 de novembro de 2021.

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – 2020 – 2024. Disponível em: < <https://pdi.ufsc.br/files/2020/06/PDI-2020-2024.pdf> > acesso em 23 de novembro de 2021.

LOPES, H.C; **Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North.** **Revista de Economia Política**, vol. 33, nº 4 (133), pp. 619-637, outubro-dezembro/2013.

MAÑAS, A. V. Estratégia e planejamento em instituições de ensino superior. In: NETO, J. P. B. (org.). **Administração de instituições de ensino superior.** Campinas: Alínea, 2014.

NORTH, D.C. **Desempeño económico en el transcurso de los años.** Estocolmo, 1998.

NORTH, D.C. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97-112, Pittsburgh (USA), 1991.

NORTH, D.C. Five propositions about institutional change. **Working Paper**, Indiana University. 2003.

NORTH, D. C. **Understanding the process of economic change.** Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2005.

NORTH, D. C.; MANTZAVINOS, C.; SHARIQ, S. Learning, institutions, and economic performance. **Perspectives on Politics**. Vol. 2. Nº 1. P. 1-19. 2004.

NUINTIN, A. A. et al. Eficiência da aplicação de recursos públicos nas Universidades Federais. **Anais do XXI Congresso Brasileiro de Custos – Natal, RN, Brasil, 17 a 19 de novembro de 2014.**

RIBEIRO, R. M. C. A natureza da gestão universitária: influência de aspectos político-institucionais, econômicos e culturais. **Rev. Inter. Educ. Sup.** Campinas, SP v.3 n.2 p.357-278 maio/ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Estrutura UFSC, 2020. Disponível em < <https://estrutura.ufsc.br/> > acesso em 23 de novembro de 2021

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração.** 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

VEBLEN, T. A Teoria da Classe Ociosa: Um Estudo Econômico das Instituições. São Paulo: Abril Cultural 1912[1983].

VEBLEN, T. **The place of science in modern civilization and other essays.** New York: Viking, 1952.